

RIBEIRINHOS REASSENTADOS E AS MUDANÇAS NOS MODOS DE VIDA: DANOS DA HIDRELÉTRICA DE BELO MONTE NO RIO XINGU, PARÁ

Carla Giovana Souza Rocha¹
Josefa de Oliveira Camara da Silva²

RESUMO

O objetivo é discutir as mudanças produtivas nos calendários e nas práticas de ribeirinhos reassentados após a instalação da hidrelétrica de Belo Monte no rio Xingu, Pará. Os dados da pesquisa documental foram gerados por meio de entrevistas realizadas a dez famílias ribeirinhas reassentadas. Cento e vinte e uma famílias deslocadas compulsoriamente de suas moradas no rio Xingu e reassentadas em áreas distantes de seus locais de origem, que não oferecem condições para reconstruírem seus modos de vida. A retirada compulsória da população ribeirinha iniciou em 2014 e o reassentamento em 2016, em áreas ao longo do rio Xingu, motivado pela mobilização das famílias junto ao Ministério Público Federal. A criação do Conselho de Ribeirinhos foi decisiva para o reconhecimento de seus direitos. Os seus modos de vida foram transformados em consequência das mudanças ambientais provocadas pelo barramento do rio e das cadeias sociais e produtivas em decorrência da remoção de seus territórios. Houve alterações do comportamento dos peixes, perda de referência dos pescadores em relação aos locais de pesca e mudanças nas características do meio natural e composição do sistema, alterando o calendário e a organização do trabalho, além da perda de áreas para o extrativismo e diminuição da pesca. Com a retirada compulsória de seus territórios de origem, o reassentamento em outras áreas do rio Xingu não resgatou as territorialidades que caracterizavam o modo de vida ribeirinho.

Palavras-chave: Desterritorialização; Conflitos territoriais; Amazônia.

RESETTLE RIBEIRINHOS AND CHANGES IN LIVELIHOODS: DAMAGE FROM BELO MONTE HYDROELECTRIC ON THE XINGU RIVER, PARÁ

ABSTRACT

The objective is to discuss the productive changes, calendars and practices of the riverside resettled people after the installation of the Belo Monte Hydroelectric on the Xingu River, Pará. The data were generated through interviews with ten resettled riverside families and through documentary research. One hundred and twenty-one families were removed from their homes on the Xingu River and resettled in areas far from their places of origin, which do not offer conditions to rebuild their ways of life. The compulsory removal of the riverside population began in 2014 and the resettlement in 2016, in areas along the Xingu River, motivated by the mobilization of families together with the Federal Public Ministry. The creation of the Ribeirinhos Council was decisive for the recognition of their rights. Their ways of life were transformed as a result of environmental changes caused by the damming of the river and social and productive changes resulting from the withdrawal of their territories. There were changes in fish behavior, loss of fishermen's reference in relation to fishing locations and changes in the characteristics of the natural environment and composition of the system, altering the calendar and organization of work, in addition to the loss of areas for extractivism and reduction of fishing. With the

¹ Docente da UFPA, Campus de Altamira, Faculdade de Etnodiversidade; doutorado em Desenvolvimento Rural pelo PGDR/UFGRS. E-mail: crocha@ufpa.br

² Discente do Mestrado Profissional em Sustentabilidade junto a Povos e Territórios Tradicionais (MESPT), UnB; Licenciada em Geografia pela Universidade Federal do Pará, Campus de Altamira; de identidade ribeirinha da comunidade Bacabal, rio Xingu, educadora popular, membra do Movimento Xingu Vivo para Sempre, desenvolvendo trabalhos sobre questões ambientais e resistências enfrentamento contra projetos desterritorializadores; integrante do Conselhos de Ribeirinhos do Reservatório Belo Monte (grupo organizado de representação das comunidades ribeirinhas); integrante do Conselho Municipal de Assistência Social de Altamira-Pará, atuando na fiscalização da efetivação das políticas do setor. E-mail: josefaoliveiracamaraasilva@gmail.com

compulsory removal of their territories of origin, the resettlement in other areas of the Xingu River did not rescue the territorialities that characterized the ribeirinho livelihood.

Keywords: Deterritorialization; Territorial conflicts; Amazon.

Data de submissão: 28.02.2022

Data de aprovação: 26.10.2022

INTRODUÇÃO

Os processos de remoção compulsória de populações locais para instalação de grandes projetos econômicos de infraestrutura ou de geração de energia podem ser analisados a partir da concepção de desterritorialização como elemento de dominação político-econômico e de apropriação por grupos econômicos, com a perda de direitos e do território pelas populações locais que tradicionalmente o ocuparam (HAESBAERT, 2010; MAGALHÃES, 2007; ALMEIDA, 2012). A reterritorialização também faz parte do processo, constituído pela construção de novas territorialidades e relações de poder entre os atores desterritorializados e os agentes capitalistas, alimentando os conflitos territoriais em uma constante luta pela hegemonia política.

As famílias ribeirinhas do rio Xingu, assim como diversas outras populações e categorias sociais da microrregião de Altamira, sofreram profundos impactos negativos com a implantação da hidrelétrica de Belo Monte pela retirada compulsória de seus territórios a partir de 2014 e, com a pressão da organização dos ribeirinhos e criação do Conselho de Ribeirinhos, e com o apoio do Ministério Público Federal, Defensoria Pública do Pará, representações sociais e entidades socioambientalistas, foi conquistado o direito de reassentamento de 121 famílias. Entretanto, esse processo não considerou as recomendações do movimento de reassentamento coletivo em áreas contínuas indicadas pelo zoneamento feito pelos ribeirinhos (MAGALHÃES; CUNHA, 2017).

Francesco (2021) fez um valioso relato histórico e crítico sobre o processo de enfrentamento capitaneado pelas famílias do beiradão do rio Xingu e a proposta de reconstrução do Território Ribeirinho em contraposição ao reassentamento feito pelo consorcio gestor da hidrelétrica de Belo Monte. Os procedimentos adotados pela Norte Energia para o reassentamento foram criticados dentro de todo o processo em que as famílias reassentadas expuseram os impactos em seus modos de vida acarretado, primeiramente, pela remoção de suas áreas originais e, depois, pelo deslocamento forçado para áreas que não tinham as condições para reprodução social enquanto comunidades camponesas ribeirinhas.

No intuito de mostrar essas contradições criadas pela Norte Energia, esse estudo focará nas mudanças nos sistemas agroextrativistas ribeirinhos que o processo de remoção-reassentamento aleatório às margens do rio Xingu tem promovido.

Dentre estas mudanças estão as atividades que compõem os sistemas de produção e o calendário agroextrativista anual, no qual as famílias distribuem as atividades e as práticas ao longo do ano, conforme a necessidade e disponibilidade de força de trabalho. O que influencia neste controle sobre o calendário agrícola pode ser de cunho ambiental, como a mudança no regime pluvial, as condições do solo, a disponibilidade de peixes, a qualidade do meio natural como um todo; e social, como as relações familiares e comunitárias que asseguram uma rede de ajuda mútua e de comunicação, dentre outras funções da coletividade.

Moura (2017) trouxe como centrais em seu trabalho sobre manejo tradicional dos recursos pesqueiros por comunidades da Lagoa dos Patos, no Rio Grande do Sul, a concepção de conhecimento tradicional e de tempo, e as relações de poder envolvidas nos conflitos socioambientais, inclusive na definição do calendário de pesca e no manejo imposto pelas instituições, em um claro confronto entre o pensamento governamental e o conhecimento

ecológico dos pescadores. Le Goff (2003) citado por Moura (2017) especifica o calendário como instrumento principal da cronologia e como "quadro temporal do funcionamento da sociedade":

[...] o calendário revela o esforço realizado pelas sociedades humanas para domesticar o tempo natural, utilizar o movimento natural da lua ou do sol, do ciclo das estações, da alternância do dia e da noite [...]. O calendário é um produto e expressão da história: está ligado às origens míticas e religiosas da humanidade (festas), aos progressos tecnológicos e científico (medida do tempo), à evolução econômica, social e cultural (LE GOFF, 2003, p. 12, apud MOURA, 2017, p.53).

Assim, estudar as mudanças nos calendários agrícolas impulsionadas pelo reassentamento de desterritorializados pela hidrelétrica de Belo Monte no rio Xingu apoiará a identificação das mudanças realizadas nos sistemas agroextrativistas.

O objetivo geral do artigo é discutir as mudanças produtivas, nos calendários e nas práticas de famílias agroextrativistas reassentadas no rio Xingu após instalação da hidrelétrica de Belo Monte. E especificamente, os objetivos são: apresentar o histórico do processo de mobilização envolvendo as famílias ribeirinhas na busca pela manutenção de seus modos de vida alterados com a instalação da hidrelétrica Belo Monte; identificar as mudanças produtivas e nas práticas adotadas após o reassentamento; representar os calendários agroextrativistas colocados em execução em seu antigo território ribeirinho e o atual.

1 METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa. Primeiramente, foi realizada reunião por meio remoto com três lideranças do Conselho de Ribeirinhos do Reservatório do de Belo Monte, entidade que representa as famílias, para definir os objetivos e organização da pesquisa, assim como, identificar demandas ou questões para aprofundar na investigação. Foram feitas ida a campo em dezembro de 2020 e fevereiro de 2021 para entrevistas semiestruturadas nos lotes de dez famílias ribeirinhas reassentadas, utilizando formulário com questões abertas. Além das entrevistas, foram realizadas pesquisa bibliográfica e documental sobre o histórico do processo de desterritorialização e de reassentamento nas margens do rio Xingu (MINAYO, 2008; YIN, 2016). As entrevistas foram sistematizadas em planilha excel.

2 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A disputa entre as populações pobres expropriadas e o consorcio construtor e gestor da hidrelétrica de Belo Monte instituiu conflitos territoriais de grandes proporções, que envolve populações indígenas, camponeses, pescadores, ribeirinhos, oleiros, carroceiros, moradores de áreas de baixões, trabalhadores desses setores, dentre muitos outros que foram forçados a saírem de suas casas, suas terras, suas áreas de trabalho, perdendo seus ofícios e meios de vida. A perspectiva de território pode ser diferente para cada população ou comunidade, como garantia de sustento, de alimento, de morada, de identidade, de memória, de tradições, de convívio social, de patrimônio familiar, etc. A luta dos ribeirinhos pelo território está impregnada da perspectiva de assegurar suas tradições, saberes e modos de vida a partir da reconstrução do território ribeirinho. Nesse sentido, apesar do consórcio Norte Energia e IBAMA direcionarem as formas de compensações para cálculos econômicos injustos, podemos entender os conflitos territoriais decorrentes de Belo Monte,

[...] sobretudo, às formas distintas, sentidos de apropriação e relação com e na natureza e defesa dos territórios como fonte de reprodução social: material, econômica,

simbólica, identitária, cultural, religiosa, cosmológica, que pode se manifestar em eventos, dinâmicas ou permanências nos lugares (RODRIGUES, 2020, p. 482).

Desde 2011 a população de Altamira tem passado por transformações socioambientais, estruturais e econômicas profundas ocasionadas pela instalação da hidrelétrica de Belo Monte. No ano de 2012 começaram a retirar as famílias que residiam nas áreas de baixões da cidade que tinham influência dos igarapés e rio Xingu, e também as populações camponesas e ribeirinhas moradoras das comunidades que atualmente formam o lago principal da usina (reservatório) e afluentes. Com isso, a mobilização social foi se intensificando, com a formalização de denúncias em ministérios e defensorias públicas.

Nos anos de 2013 e 2014, as famílias ribeirinhas começaram a sentir os impactos relacionados à pesca após o barramento do rio com diminuição de espécies de peixes, o desmatamento das ilhas e interrupção das atividades agrícolas. As famílias foram removidas compulsoriamente de suas localidades, alguns indenizados com valores estabelecidos pela empresa Norte Energia, muitos receberam cartas de crédito para que os mesmos comprassem outra propriedade rural, e muitas famílias não foram reconhecidas pela empresa como ribeirinhos moradores, tendo assim seus modos de vida interrompidos do habitar ao produzir.

Para Zhouri (2018), essa abordagem gerencial de compensação de impactos revelada pelo *modus operandi* das corporações responsáveis pelos megaprojetos, e ratificados pelas instituições governamentais “é central para o paradigma da modernização ecológica e representa uma forma de violência epistemológica que atua para descartar outras formas de perceber e estar no mundo”. E para essa autora a “invisibilidade da vida e dos sistemas de conhecimento dos camponeses no processo de licenciamento das hidrelétricas, e como a violência epistemológica resulta em violência física via deslocamento *in situ*” (ZHOURI, 2018, p. 10-11).

No ano de 2015, denúncias foram feitas ao Ministério Público Federal (MPF) sobre as dificuldades enfrentadas pelas famílias que estavam vivendo longe de seus espaços habituais, trazendo pesquisadores para estudarem as violações de direitos fruto da desterritorialização (MAGALHÃES; CUNHA, 2017). Desta forma foram realizadas pesquisas sobre os impactos a essa população, e o MPF realizou uma inspeção interinstitucional, com atuação da Universidade Federal do Pará, (UFPA), Sociedade Brasileira do Progresso para a Ciência (SBPC), com o apoio de organizações não governamentais como o Movimento Xingu Vivo Para Sempre (MXVPS) e Instituto Socioambiental (ISA).

Após essa ação, a Norte Energia realocou 121 famílias ribeirinhas de forma aleatória sem consultas aos impactados e nem mesmo aos órgãos públicos. As mesmas foram realocadas em ilhas remanescentes emersas e em áreas de preservação permanente (APP) do reservatório, em áreas de pastagens degradadas de fazendas indenizadas no Furo da Trindade, Paratizão, Palhal, Arroz Cru, Cotovelo, Ilha do Mansur, Ilha do Pedrão, Ilha do Silvano, Bacabal e entrada do Costa Junior.

Em novembro de 2016, os ribeirinhos fizeram suas denúncias em uma audiência pública promovida pelo MPF sobre as dificuldades nas áreas novas e a necessidade de revisão dos cadastros socioeconômicos para inclusão de outras famílias ribeirinhas. Como resultado desta audiência, surgiu a recomendação que fosse criado um Conselho dos ribeirinhos da área do reservatório da hidrelétrica. Este Conselho faria o reconhecimento social das famílias ribeirinhas atingidas, e as representariam junto aos órgãos públicos. Na assembleia realizada em dezembro de 2016 foram escolhidos 14 membros titulares, e seus respectivos suplentes, para comporem o Conselho de Ribeirinhos.

Entre janeiro e fevereiro de 2017, reunidos na Faculdade de Etnodiversidade, os ribeirinhos, Ministério Público Federal, Instituto Socioambiental, Movimento Xingu Vivo para Sempre e Universidade Federal do Pará, realizaram o reconhecimento social das famílias

ribeirinhas impactadas e desterritorializadas. As falas foram expressivas e destacaram os seus modos de vida, suas crenças e práticas desenvolvidas em suas comunidades.

Durante o ano de 2017 foram organizadas diversas reuniões e em uma delas foi realizado o zoneamento ambiental das áreas a montante da hidrelétrica, que poderiam assegurar melhores condições para a reconstrução dos modos de vida ribeirinho, tendo como referências seus pontos de pesca, áreas de extrativismo, laços de parentescos de comunidade e vizinhança.

Em 06 de fevereiro de 2018 foi realizado um seminário na Universidade de Brasília, no qual foi apresentada a espacialização e zoneamento ambiental destas áreas aos órgãos presentes, sendo eles, a Defensoria Pública da União, Secretaria de Patrimônio da União, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, Ministério Público Federal, Instituto Socioambiental, Movimento Xingu Vivo para Sempre, e também tinha representantes da Norte Energia.

Ainda no ano de 2018 foram realizadas oficinas com a participação de ribeirinhos, no qual os mesmos apontavam nos mapas do território zoneado os locais para a construção de suas casas e aonde poderiam desenvolver suas atividades tradicionais.

Em 2020, este processo de luta pelos direitos de reassentamento em terras adequadas para recomposição de seus modos de vida continua, e a Norte Energia não deu continuidade sob a justificativa de interrupção do processo devido à pandemia da Covid-19.

Em uma reunião realizada entre Conselho, MPF e IBAMA, a Norte Energia comunica ao Conselho Ribeirinho do Reservatório da UHE Belo Monte através de Ofício Norte Energia 0489/2020 – SSAI Altamira, de 12 de agosto de 2020, “que existem famílias moradoras do território apresentado, que sofreriam impacto de deslocamento semelhante aos ribeirinhos, e que precisariam de um novo detalhamento das áreas, para que assim pudessem dar continuidade à aquisição do território necessário”.

Apesar da organização dos ribeirinhos no sentido de apresentarem propostas para viabilizar a reconstrução de seus modos de vida, ou pelo menos, se aproximar ao que tinham em seus locais de origem, a empresa gestora do empreendimento não tomou medidas efetivas. Coube aos ribeirinhos se manterem mobilizados, apesar das dificuldades econômicas e da pressão psicossocial que abalam as famílias.

As famílias ribeirinhas têm se mobilizado para reconhecimento de seus direitos como população tradicional e visando a reconstrução de seus modos de vida e acesso às políticas públicas, juntamente com o apoio de instituições públicas e organizações não governamentais, apresentando propostas concretas. Por outro lado, o Consórcio Norte Energia não tem apresentado celeridade para tratar o assunto, o que tem levado a muitos reassentados a abandonarem as áreas.

E atualmente podemos encontrar dois tipos de situações: famílias reassentadas que continuam na área de realocação; famílias que saíram da área por falta de condições para continuarem seus modos de vida.

A partir dos dados apresentados no Quadro 1, podemos observar que a maioria das pessoas entrevistadas vivia nas ilhas do Xingu, com tempo de ocupação variando de cinco a quarenta e oito anos, e os deslocamentos das localidades para a cidade de Altamira durava de 20 minutos a duas horas com uso de pequenas embarcações com motores rabetas de menor velocidade. Das atividades que os mesmos desenvolviam destacam-se a pesca, plantações de roças, colheita de castanha do Pará, criação de galinha e suínos. Os períodos de colheita de suas plantações ocorriam antes da cheia do rio Xingu de modo que pudessem fazê-las enquanto estavam no período de defeso dos peixes.

Quadro 1- Características dos locais de origem e o atual das famílias entrevistadas

| Família | LOCAL DO QUAL FOI DESAPROPRIADA | LOCAL QUE FOI REASSENTADA |
|---------|---------------------------------|---------------------------|
|---------|---------------------------------|---------------------------|

| | Características da área na comunidade de origem | Tempo de ocupação da área | Atividades que desenvolviam | Localidade da terra que ocupa atualmente | Distância da cidade |
|----|---|---------------------------|--|--|--|
| 1 | Ilha do Bacabal na localidade Cotovelo, distância de 1 e 40 minutos de rabeta, ilha de serra com áreas de baixões, era uma ilha de muitas variedades. | 40 anos | pesca, roça, coleta de castanha | Ilha do Bacabal/ Cotovelo | 18 km, 1 hora e 40 minutos de barco rabeta |
| 2 | Ilha da Meranda na localidade Furo da Meranda, distância de 2 horas de viagem de motor rabeta da cidade, ilha baixa, com muitos igapós, mas terra boa para produção curto ciclo, como lavoura branca. | 5 anos | pesca, roça, | Pedra Roxa/ Bacabal | 30 km, 2 horas de barco rabeta |
| 3 | Ilha da Banana, 30 km da cidade 1 e 40 minutos de barco rabeta. Ilha alta não alagava, argilosa e arenosa | 16 anos | pesca e venda | Ilha do Mansur | 4 km, 20 minutos de barco rabeta |
| 4 | Ilha Baite, na boca da barriguda cerca de 5 km, 30 minutos da cidade, terra arenosa, de baixa produtividade. | 14 anos | pesca, e criação de galinha | Ilha do Mansur | 4 km, 20 minutos de barco rabeta |
| 5 | Ilha das Pacas no cotovelo 15 Km terra boa. Água do rio era boa, tinha muito peixe. | 15 anos | Pesca | Palhal | 18 a 20 km, 1 hora e 40 minutos de barco rabeta. |
| 6 | Morava em ilha na comunidade Paratizão, tinha acesso fácil, tinha o que tirar da terra e da água. | 40 anos | pesca, roça, criação de galinha. | Paratizão, comunidade São Lázaro do Rio | 18 a 20 km, 1 hora e 40 minutos de barco rabeta. |
| 7 | Ilha do Tracuí, 10 km terra boa não alagava todo ano, | 34 anos | pesca | Paratizão, comunidade São Lázaro do Rio | 18 a 20 km, 1 hora e 40 minutos de barco rabeta. |
| 8 | Ilha do Triunfo no furo do Trindade, cerca de 8 km da cidade. Terra boa, não alagava, água era boa. | 48 anos | pesca, galinha, porco, na baixada da água plantava lavoura branca. | Palhal | 20 km da cidade |
| 9 | Ilha do Triunfo no furo do Trindade, cerca de 8 km da cidade. Terra boa não alagava, água era boa. | 23 anos | pesca e roça | Furo do Trindade | 10 km da cidade |
| 10 | Furo do Pau Rolado na comunidade Barriguda, 8 km da cidade, qualidade da água era boa | 18 anos | pesca e roça | Furo do Trindade | 10 km |

Fonte: pesquisa de campo (2021)

As famílias estão reassentadas de quatro a cinco anos, sendo que apenas quatro famílias foram realocadas em suas comunidades de origem. As demais saíram da ilha para a terra firme e estão morando em áreas de Áreas de Preservação Permanente (APP), que variam de 2 a 12,5 hectares.

No quadro 2 foram destacadas as condições dos terrenos e das áreas de pesca que impõem baixos rendimentos, pois foram reassentados em áreas com parte alagada, com solos com capim e degradados pelos proprietários anteriores, principalmente criadores de gado, solos de baixa fertilidade. Apenas dois reassentados receberam terreno já com plantação de cacau e com solo de boa fertilidade, mas que não oferece bom rendimento para a pesca, e apesar da lavoura de cacau, não estão conseguindo se adaptar às mudanças forçadas. As perturbações de caráter econômico, ambiental e social têm levado a não permanência na área do reassentado 8,

e destaca o isolamento por estar longe do filho. Outros consideraram que a renda proveniente de suas próprias atividades diminuiu, dependendo do recurso repassado pela Norte Energia.

Quadro 2 - Situação atual das famílias ribeirinhas reassentadas

| Família | Características da área para onde foi reassentado | Tempo reassentado nessa área | Atividades desenvolvidas atualmente | Principais mudanças em seus modos de vida após a instalação de Belo Monte |
|---------|--|------------------------------|-------------------------------------|--|
| 1 | Ilha onde moravam antes; parte baixa da ilha fica inundada. | 5 anos | Pesca | A quantidade pescada diminuiu de 280 para 80kg por viagem; sumiram os peixes ornamentais. |
| 2 | Área degradada, compactada pela criação de gado; áreas de pesca de pouca produtividade. | 5 anos | pesca | mudanças nos pontos de pesca, na produção; água quente, o rio sujo e as espécies sumiram. |
| 3 | Ilha baixa de solo não fértil para produção | 5 anos | Venda de peixe e galinha. | território diferente, rio com as árvores mortas, poluição, água sem condições de consumo. |
| 4 | Ilha baixa de solo não fértil para produção. | 5 anos | Pesca | diminuiu a produção de peixe em cerca de 90%. O rio com a água muito suja; vegetação das ilhas morreu, com muitas árvores caindo. |
| 5 | área de juquira, capim, solo com rochas, pouco peixes | 5 anos | Pesca e cultivos | pesca piorou cerca de 99 %, no qual sumiu muitas espécies como piau, pacu, matrinxã, Acari. A vegetação morta prejudica, tem risco à vida das pessoas com aumento de cobras sucuris. Mudança na questão psicológica |
| 6 | Área que só pode fazer 1 linha de roça por ano; a pesca mesmo só para alimentação, e pouca criação. | 5 anos | Pesca e roça | o que plantamos não é suficiente para a subsistência; vivem com 900 reais da verba de transição. |
| 7 | Área de capim; solo argiloso, pouco peixe | 5 anos | Pesca e roça | Ficou sem apoio para produzir na área, foi impactado na pesca |
| 8 | área de solo de rochas, mata fina, e capoeirão, não tem onde guardar os barcos, não conhece os pontos de pesca. | 5 anos | não permaneceu na área. | saiu da área por questões de não adaptação à mesma; está na área de seu filho no furo do Trindade só pescando, não tem peixe. |
| 9 | Área de vegetação de cacau e capoeira, solo bom. Peixe pouco. | 4 anos | cacau, banana, graviola, pesca | Pesca piorou cerca de 99 %, no qual sumiu muitas espécies, como Piau, Pacu, Matrixã, Acari. |
| 10 | Área com vegetação de cacau e capoeira, solo bom. Peixe pouco, acesso de péssima qualidade, só melhora no inverno. | 5 anos | cacau, banana, graviola | Financeiro diminuiu a renda. Emocional, com adoecimento mental, físico; já idosos para adaptar à mudança no modo de vida. |

Fonte: pesquisa de campo (2021)

As famílias reclamam da falta de assistência técnica das empresas terceirizadas do consórcio gestor Norte Energia, assim como, que sejam dadas condições favoráveis para a permanência das famílias nas áreas. A pesca passa a ser uma atividade para alimentação ou complemento da renda, não constituindo mais a renda principal das famílias. Houve vários relatos de que muitas espécies desapareceram ou diminuíram como o piau, pacu, matrinxã, e também o acari.

As famílias entrevistadas relatam que com o barramento do rio Xingu, a água está quente, e se não for tratada adequadamente não servirá mais para o consumo; além disso houve relatos de coceiras provocadas pelo uso da água, e morte de árvores nas margens alagadas formou a paisagem denominada de "paliteiros", o que aumentam a dificuldade da pesca e dos riscos na navegação próxima da vegetação morta, também de cobras sucuris perto de suas áreas de pesca e em torno de suas moradias.

A ideia de desterritorialização pode ser concebida a partir dessa remoção compulsória ou deslocamento forçado que rompeu com os vínculos e as formas de se relacionarem com o meio natural e social, pois, esses meios não são os mesmos, já que ser ribeirinho não seria apenas estar à beira de um rio, no beiradão, mas conseguir se reproduzir enquanto tal, material e imaterialmente. Como explica Fernandes:

A desterritorialização é precisamente quebra do controle de cada indivíduo, comunidade ou empresa sobre o seu território: no caso específico das populações, essa implica uma quebra de vínculos, uma perda de território, um afastamento aos respectivos espaços de afirmação material e/ou imaterial, funcional e /ou simbólica (FERNANDES, 2008).

Assim, o processo de desterritorialização das famílias ribeirinhas está caracterizado pela perda do território, dos vínculos familiares e mudanças nos modos de vida, na esteira da acumulação do capital, e visualizando-o como fruto de interação entre relações sociais, controle do espaço, relações de poder, mas também de resistências (HAESBAERT, 2010; LIMA, 2016).

Em relação aos calendários agroextrativistas serão apresentados a seguir a distribuição das atividades realizadas pelas famílias em suas áreas de origem e nas atuais, ao longo dos meses do ano. Destacando o que são atividades realizadas pela maioria das famílias ribeirinhas e as que são mais restritas e específicas de algumas famílias, devido à qualidade do terreno, o acesso às áreas diversas de pesca e plantio ou outras estratégias utilizadas.

2.2 O CALENDÁRIO AGROEXTRATIVISTA EM SEUS LUGARES DE ORIGEM

Em suas comunidades de origem, as famílias trabalhavam principalmente com a pesca e agricultura, e algumas também faziam a coleta de castanha do Pará. Nos meses de janeiro a fevereiro estavam no período de defeso da pesca, onde muitas famílias interrompiam esta atividade e faziam a colheita de mandioca/macaxeira para a produção de farinha, plantio ou limpeza das áreas de feijão, melancia, abóbora e criação de aves e porcos. Em algumas comunidades era possível ter acesso a coleta de castanha.

Nos meses de março a outubro as famílias desenvolviam as atividades de pesca e plantio de lavouras branca arroz, feijão, mandioca, macaxeira, melancia, milho, assim como também em alguns casos as famílias faziam a pesca de peixes ornamentais para comercialização, criavam porcos e aves também para comercializarem.

Nos meses de novembro e dezembro iniciava-se o período de defeso de algumas espécies. Nesse período alguns ribeirinhos colhiam mandioca para produção de farinha porque algumas ilhas alagavam nas áreas plantadas, em algumas comunidades dedicavam-se à criação de galinhas. As variedades da mandioca tinham que ser de ciclo curto para se ter colheita precoce.

Como explicam Magalhães e Cunha, as diferenças de épocas de plantio, limpeza e colheita estavam relacionados ao inverno e verão e ao tipo de área que tinham acesso, terra firme ou ilha, ou ambas.

Na terra firme as variações sazonais permitiam ciclos de cultivo de espécies anuais, no verão eram realizadas a broca e coivara e no inverno era realizado o plantio, sendo que cada produto tinha seu período mais apropriado para o plantio,

como a macaxeira e mandioca que eram plantadas no início do ano e o feijão que era plantado nos meses de abril a maio. Já nas ilhas eram cultivadas espécies e variedades com ciclo mais curto por conta das variações sazonais das cheias do Xingu. As ilhas mais baixas ficavam grande parte do ano submersas, logo não eram compatíveis com a roça. No entanto, existiam ilhas que ficavam o verão todo no seco e nelas havia um manejo diferente daquele realizado tradicionalmente na terra firme. No verão, por exemplo, enquanto na terra firme era feita a limpeza da área para plantar somente no inverno, nas ilhas limpavam e plantavam a roça no começo do verão [...] (MAGALHÃES; CUNHA, 2017, p.58-59).

Fica evidenciado que essa possibilidade de tipos de áreas e o acesso às mesmas foram interrompidos com a nova territorialização imposta pela apropriação dessas terras pela Norte Energia e as mudanças ambientais decorrentes. No próximo tópico serão evidenciadas as alterações nos calendários agroextrativistas dessas famílias.

2.3 O CALENDÁRIO AGROEXTRATIVISTA DA ÁREA ATUAL DO REASSENTAMENTO

As famílias que vivem ainda hoje da pesca, nos meses de janeiro a fevereiro, em que o peixe está no período defeso, buscam pela espécie de tucunaré e pescada devido não terem como se manterem exclusivamente da agricultura, mesmo que seja somente para o consumo, as famílias que moram em áreas que tem possibilidade de plantações, nesse período vendem o que produziram, farinha, venda de ovos e de galinhas.

Nos meses de março a outubro as famílias se dedicam às plantações nas áreas permitidas, e continuam com a pesca mesmo passando pela escassez do pescado. Algumas famílias que foram reassentadas em áreas com condições melhores de terreno e solo, pescam para consumo e fazem a colheita de mandioca e macaxeira, criam galinhas e patos.

Nos meses de novembro e dezembro quando inicia o período do defeso para reprodução de várias espécies, desenvolvem criação de galinhas, fazem a pesca para consumo, e realizam as colheitas das plantações, mandioca, para produção de farinha. As famílias que foram assentadas em terras com plantios de cacau realizam as colheitas entre os meses de março a outubro, e também de graviola e banana (Quadro 2). Conforme exposto por Magalhães e Cunha (2017, p. 59), nota-se que houve grande mudança na importância da pesca para as famílias, pois tinham grande mobilidade e acesso a diversas áreas de pesca ao longo de todo o ano: “no inverno a gente pescava na região do Paratizão, Paratizinho, Cotovelo, Ilha da taboca, região do Palhal. Quando o rio secava, no verão, a gente pescava no Caituca, Landi, Porfírio, Rama, que é a região abaixo do barramento” (entrevista com Maria Elane Cavalcante, citada por Magalhães e Cunha, 2017). As autoras identificaram ainda que:

A pesca artesanal era a principal fonte de renda da maioria da população ribeirinha impactada pelo reservatório da UHE Belo Monte. Com as constantes variações sazonais do rio Xingu, os ribeirinhos criaram respostas eficientes para a adaptação a essas variações, o que permitia desenvolver essa atividade durante o ano todo e assim garantir a subsistência e a fonte de renda de centenas das famílias dessa região. O verão era o período em que a atividade pesqueira era mais produtiva; no inverno havia mais locais de pesca, no entanto era um período mais difícil para pescar, pois os peixes se espalhavam nos igapós. A pescaria que no verão rendia em média 100 kg de pescado, no inverno caía para 30 ou 40 kg. Uma estratégia adotada para superar as variações sazonais era a mudança dos lugares de pesca de acordo com as variações do rio, assim, no verão a pescaria era realizada nos pedrais e sarobais, já no inverno pescavam nos igapós, que são as áreas de baixões que se encontravam alagados (MAGALHÃES; CUNHA, 2017, p.59).

As famílias que vivem em áreas degradadas tentam produzir o ano todo, mas suas plantações não têm bons resultados em termos de desenvolvimento e produção devido à grande quantidade de capim na área, e em alguns casos a plantação de mandioca ou macaxeira foi perdida devido ao excesso de umidade no solo, deixando as raízes encharcadas (“pubadas”) e inadequadas para o consumo. Essas famílias vivem hoje buscando alternativas produtivas, contando com pequeno rendimento da pesca e criação.

Em anos passados tiveram assistência técnica da empresa Equilíbrio (terceirizada da Norte Energia) pela qual algumas famílias ribeirinhas receberam aves para criação e rações, pelo período de 3 meses. Muitas famílias que sobreviviam da pesca e agricultura exclusivamente, passaram então a criar galinhas e assim, passaram a vender, complementando com a renda do pescado.

Outras alternativas utilizadas foram as de se deslocarem para outros territórios à jusante do barramento Pimental, ou a montante do reservatório em busca de maior quantidade de peixe, como é o caso da família Cavalcante, que foi reassentada na mesma ilha que morava antes do barramento, mas que atualmente a mesma sofre com a erosão da sua margem, o solo está encharcado, pois fica nas proximidades do barramento, impossibilitando que os mesmos possam plantar. Em relação à pesca, deixaram de existir os pontos estratégicos utilizados anteriormente por essa família e seus vizinhos, obrigando-os a saírem de suas comunidades.

Todas as famílias que foram reassentadas e as que aguardam o reassentamento recebem novecentos reais mensalmente como apoio financeiro provisório. Inicialmente, as famílias reassentadas receberem essa verba denominada de “transição” por um período de seis meses de reassentamento. Esse pagamento foi cancelado pela empresa, entretanto, a partir do reconhecimento dos direitos das famílias ribeirinhas por meio da ação do Conselho Ribeirinho, e conforme as propostas de reparação dos erros desse reassentamento foi recomendado o retorno deste recurso a partir de 2018, e que houvesse revisão para pagamento às famílias reassentadas que vivem nas margens do lago, que não podem produzir na APP (Área de Preservação Permanente). Assim, as famílias receberão esse recurso financeiro até que seja possível reestabelecer suas atividades de plantações em suas áreas.

Em termos de propostas, os próprios ribeirinhos têm como principal objetivo a criação de Territórios Ribeirinhos que dê oportunidade de colocarem suas múltiplas estratégias para manutenção da pesca, extrativismo e agricultura, conforme as especificidades de cada família e de seu patrimônio e memória biocultural (TOLEDO; BARRERA-BASSOLS, 2015). Nesse sentido, o apoio institucional, técnico e de pesquisa são importantes para aglutinar conhecimentos que contribuam para aprimoramento das práticas agroextrativistas e, de pesca, dada as transformações irreversíveis no meio natural decorrentes da implantação da hidrelétrica.

Em 2022, treze famílias foram reassentadas nas áreas dos territórios 1 e 2 nas comunidades Palhal e Paratizão, e mais 23 estão em processo de novo reassentamento, no qual as próprias famílias foram definir os locais de suas moradas e aguardam liberação via licença ambiental pela Secretaria de Meio Ambiente de Altamira para construção de suas casas. Isso é fruto das propostas levantadas pelo Conselho de Ribeirinhos e agora colocadas em operacionalização pelo consórcio Norte Energia. E espera-se que as negociações sejam implementadas e que se mantenha o diálogo com os ribeirinhos, dando continuidade às reuniões que iniciaram em fevereiro de 2022 com a Norte Energia e que no momento estão suspensas devido ao aumento de casos de covid-19 no município. O que se aguarda é a apresentação do plano de ocupação do território para todas as famílias produzido pelo consórcio gestor da hidrelétrica.

3 CONCLUSÕES

Com a retirada compulsória de seus territórios de origem, o reassentamento em outras áreas do rio Xingu não resgataram as territorialidades que caracterizavam o modo de vida ribeirinho, destruindo a mobilidade territorial que existia e a segurança financeira que a pesca oferecia, pois, todos identificam a escassez de peixes e a perda dos locais de pesca como os fatores que têm trazido mais vulnerabilidade social. As condições desfavoráveis de solo e de terreno nas áreas em que foram reassentados, além do rompimento dos vínculos sociais e familiares nesse território imposto pela Norte Energia, provocaram alterações profundas em suas relações de coletividade, na produção agroextrativista e na regulação que antes existia na formação da renda e na garantia do consumo familiar, em sistemas que envolviam os cultivos, coletas e a pesca.

A solução para dar conta desses problemas passa pela discussão e acordo com as famílias ribeirinhas, apesar de que as consequências do barramento do rio no meio ambiente causam efeitos irreversíveis que impactam os modos de vida dessa população. Atender as reivindicações para formação do Território Ribeirinho é o início desse processo.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Territórios e territorialidades específicas na Amazônia: entre a “proteção” e o “protecionismo”. **Caderno CRH**, [S. l.], v. 25, n. 64, 2012. DOI: 10.9771/ccrh.v25i64.19331. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/crh/article/view/19331>. Acesso em: 2 fev. 2022.

FERNANDES, João Luís Jesus. Implantação de projectos de desenvolvimento, desterritorialização e vulnerabilidade das populações: o caso da construção de barragens. *In: Quarto Encuentro Internacional sobre Pobreza, Convergencia y Desarrollo*; Eumed.Net; Universidad de Málaga; Espanha, 2008.

FRANCESCO, Ana Alves de. **Terror e resistência no Xingu**. São Paulo: ISA – Instituto Socioambiental, 2021.

HAESBAERT, Rogerio. **O mito da desterritorialização**: do fim dos territórios à Multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

LIMA, José Alberto Braz de. **Reservatório Xingu e a desterritorialização dos moradores da I Triunfo, Altamira, Pará**. 26f. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal do Pará-Faculdade de Geografia. Altamira, 2016.

MAGALHÃES, Sonia Barbosa; CUNHA, Manuela Carneiro da (Orgs.). **A expulsão de ribeirinhos em Belo Monte**: relatório da SBPC. São Paulo: SBPC, 2017. 448 p.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo: Hucitec, 2008. 407p.

MOURA, Gustavo Goulart Moreira. **Guerra dos mares do sul**: o papel da oceanografia na destruição de territórios tradicionais de pesca. São Paulo: Annablume, 2017.

RODRIGUES, Jondison Cardoso. Conflitos territoriais na Amazônia Oriental, Oeste do estado do Pará: duas situações distintas, mas a mesma lógica imperativa. **Revista Cerrados (Unimontes)**, vol. 18, núm. 02, 2020. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=576962806023>. Acesso em 02 de fev. 2022.

TOLEDO, Victor M.; BARRERA-BASSOLS, Narciso. **A Memória biocultural: a importância ecológica das sabedorias tradicionais**. São Paulo: Expressão popular/ASPTA, 2015.

YIN, Robert K. **Pesquisa qualitativa do início ao fim**. Porto Alegre: Penso, 2016.

ZHOURI, Andréa. Megaprojects, epistemological violence and environmental conflicts in Brazil. **Perfiles Económicos**, [S. l.], n. 5, 2018. DOI: 10.22370/rpe.2018.5.1235. Disponível em: <https://revistas.uv.cl/index.php/Perfiles/article/view/1235>. Acesso em: 3 fev. 2022

